



GERARDO SANTOS

Exames nacionais: “Todos os alunos estão a ser prejudicados desde o início do processo”

EDUCAÇÃO Representante dos diretores escolares, Filinto Lima, classifica a atual situação como “um incêndio descontrolado” e afirma ser impossível que nenhum aluno seja prejudicado, como tem sido sublinhado pelo Ministério da Educação.

TEXTO **CYNTHIA VALENTE**

Os resultados dos exames nacionais de 11.º e 12.º anos foram publicados na passada sexta-feira e, desde então, “não há dia em que não surja um novo problema”. Para Filinto Lima, presidente da Associação Nacional de Diretores de Agrupamentos e Escolas Públicas (ANDAEP), o Ministério da Educação, Ciência e Inovação (MECI) está a tentar “minimizar os danos”, mas, sublinha, “o que se verifica é que está a aumentar os danos”. Questionado sobre as certezas do ministro Fernando Alexandre, que tem garantido que nenhum aluno será prejudicado, o presidente da ANDAEP garante: “Os alu-

nos estão a ser prejudicados desde o início do processo.” “Nenhum aluno será prejudicado? Temos de ver na prática, um a um, se é assim. É uma intenção do ministro, mas como se concretiza essa intenção?”, questiona. Filinto Lima considera “muito difícil não haver alunos prejudicados”, num processo que se transformou “numa novela sem fim”. “Todos estão a ser prejudicados desde o início. Ao longo dos dias fomos pensando que a novela tinha chegado ao fim, mas estamos na mesma. Estão sempre a surgir problemas vindos sei lá de onde”, lamenta.

O responsável admite ser difícil encontrar soluções para tan-

Uma das decisões implementadas pelo Júri Nacional de Exames (JNE) para as provas mal classificadas por erros técnicos foi garantir que nenhuma nota passaria de positiva para negativa.

tos problemas porque “a trapalhada é imensa” e garante que “qualquer solução vai trazer injustiças”.

Uma das decisões implementadas pelo Júri Nacional de Exames (JNE) para as provas mal classificadas por erros técnicos foi garantir que nenhuma nota passaria de positiva para negativa. Em comunicado, o JNE explicou que alunos que virem a sua nota baixar na sequência da correção de erros de classificação ou desconformidades na digitalização dos exames nacionais não poderão reprovar. “No caso de a correção da classificação resultar numa nota inferior a 95 pontos (9,5 valores), a classifica-

ção será de 95 pontos (9,5 valores)”, explica o documento. Recorde-se que ontem, as escolas voltaram a afixar novas pautas das disciplinas de Física e Química A; Geografia; História A e Português Língua Não Materna. Isto porque, mais de seis mil provas tinham erros nos parâmetros de correções.

Segundo Filinto Lima, a polémica com as classificações dos exames já ultrapassa a esfera das escolas, tratando-se agora de “um assunto de Estado”. Ao DN, o representante dos diretores escolares confessa ter “muito receio” na aplicação deste novo modelo de classificação na 2.ª fase dos exames (ainda a decorrer) e pede garantias. “A plataforma tem de funcionar e o processo de digitalização também sem qualquer falha. É a terceira vez que insiste no mesmo sistema, foi o ano passado com o teste piloto a Filosofia, que correu mal. A 1.ª fase correu mal e esta será a terceira tentativa. Se correr bem desta vez, podemos resgatar o modelo”, conclui.

Professores querem soluções legais

A Missão Escola Pública (MEP) – um movimento apartidário de professores – coloca a hipótese de apresentar na justiça um pedido de impugnação da 1.ª fase dos exames. Cristina Mota, porta-voz do movimento, justifica a posição com as injustiças do processo e possíveis ilegalidades, como a alteração de notas que foram afixadas em pautas homologadas pelo MECI.

A título de exemplo, a professora aponta a solução para os casos de alteração de nota devido a erros técnicos. “Imagine um aluno que tem 9 e a nota não é alterada porque não tem erros e há um colega que teve um erro e ficou com 9 também. Esse passa a ter 95 pontos e a ficar aprovado e o outro não”, explica. Injustiças que o movimento considera graves e diz estar a receber relatos de erros de correção no exame de Biologia.

“Nós pedimos parecer à Ordem dos Advogados e estamos a analisar para perceber o que se pode fazer. Perante tudo o que está a acontecer, se ninguém pára Fernando Alexandre, que o pare a lei”, salienta. A MEP diz ser necessário “esclarecer os direitos dos alunos potencialmente afetados e os mecanismos legais que lhes assistem”.